

# Tribunais aguardam há vários anos por novos equipamentos

Relatório do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores alerta para a necessidade de se proceder à substituição de diverso equipamento informático. Oficiais de justiça trabalham com computadores que estão obsoletos e necessitam de uma renovação

**LUIS PEDRO SILVA**  
lsilva@acorianoriental.pt

A pandemia da Covid-19 mostrou as fragilidades dos equipamentos informáticos e tecnológicos nos tribunais da Região.

Há vários anos que se aguarda a chegada de novos computadores, impressoras e telefones, mas os pedidos continuam pendentes no Ministério da Justiça.

O relatório anual de Gestão de 2020 do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores sublinha que “o ano de 2020 foi parco no reforço ou substituição de equipamentos”, por isso, surgiram diversos constrangimentos provocados pela utilização de computadores considerados obsoletos.

“Foi necessário substituírem-se alguns computadores de secretária de oficiais de justiça por portáteis, uma vez que ainda não foi este ano que a DGAJ substituiu o parque de computadores existentes, dos quais, um número significativo, está já obsoleto. E foi necessário reorientar-se aos portáteis das salas de formação para distribuir por alguns oficiais de justiça que requereram teletrabalho. Continua também a ser necessário substituírem-se as impressoras destinadas à impressão de cartões dos CTT (avisos de receção, provas de depósito e provas de receção), prevendo-se que a mesma venha a ocorrer durante o próximo ano, e o reforço de 48 novos equipamentos telefónicos, cujos pedidos se mantêm pendentes no IGFEJ desde 2017 (todos estes pedidos)”, destaca o relatório anual de Gestão do Tribunal.

O documento apresenta uma série de obras e investimentos, que em muitos casos estão identificados desde 2015, mas que ainda não foram concretizados pelo Ministério da Justiça.

“Quanto a necessidades relativas a equipamentos, verifica-se a degradação do parque de computadores de secretária destinados aos oficiais de justiça e das impressoras de rede, bem como dos sistemas de gra-



EDUARDO RESENDES

## Obras no Tribunal da Ribeira Grande para reparar infiltrações na cobertura

Relatório aponta para a necessidade de se remodelar em equipamentos tecnológicos na Justiça nos Açores

O relatório aponta a existência de obras em curso em diversos tribunais nos Açores. “Relativamente às instalações decorreram intervenções nos Palácios de Justiça de Povoação (instalação elétrica), de Angra do Heroísmo (reparação da canalização de água) e de Ribeira Grande (onde, por conta do IGFEJ, se procede à reparação

da cobertura e do teto de uma das salas de audiências)”, indica o relatório, acrescentando que devido à pandemia foi suspensa as obras para instalar o balcão no palácio de justiça de Praia da Vitória e Angra do Heroísmo. Também existe a necessidade de realizar obras mais profundas no interior do tribunal da Povoação.

## Relatório aponta para a degradação do parque de computadores de secretária destinados aos oficiais de justiça e das impressoras

vação de som de algumas salas de audiências; continuam a faltar 48 telefones, solicitados ao IGFEJ em 2018, e são ainda necessários digitalizadores de alto rendimento e duplos monitores para os oficiais de justiça”, assinala o documento do juiz presidente Pedro Soares de Albergaria.

O documento revela ainda uma história insólita que se pas-

sou na ilha do Corvo, onde foi utilizado um computador pessoal do presidente da Câmara do Corvo para a realização de uma diligência judicial.

As testemunhas deveriam ser ouvidas, através de um computador existente na Conservatória do Registo Civil do Corvo, mas ainda não chegou nenhuma autorização para realizar as diligências naquele local. “Até ao presente, as diligências do MP têm sido feitas nas instalações da GNR do Corvo e a única diligência judicial já efetuada contou com a disponibilização do computador pessoal do presidente da Câmara Municipal do Corvo”, revela.

O relatório aponta também a necessidade de se criarem duas salas de audiências em Angra do Heroísmo, porque atualmente existem duas salas para seis juízes.

A instalação do sistema de ar condicionado no Palácio da

Justiça de Ponta Delgada e a reparação deste sistema nos Palácios da Justiça de Ribeira Grande e Santa Cruz das Flores, que se encontra inoperacional, também se assume como um investimento prioritário.

Os edifícios onde funcionam os tribunais continuam a evidenciar problemas com as acessibilidades.

Por exemplo, na Horta e Praia da Vitória falta instalar elevadores para garantir o acesso dos cidadãos, com dificuldades de mobilidade, para aceder ao primeiro piso.

“Em parte dos edifícios onde se encontram instalados os Juízes do Tribunal continuam a existir rampas de acesso para pessoas fisicamente diminuídas, assim como de ascensores para o andar superior onde as pessoas têm de se deslocar aos serviços, bem assim como de casas de banho apropriadas às mesmas”, assinala o relatório. ♦